

A IMPLEMENTAÇÃO DA *STRATEGIC COMPASS* ('BÚSSOLA ESTRATÉGICA') NO ÂMBITO DA POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA DA UNIÃO EUROPEIA – IMPLICAÇÕES PARA PORTUGAL ¹

IMPLEMENTING THE STRATEGIC COMPASS UNDER THE EUROPEAN UNION COMMON SECURITY AND DEFENCE POLICY – IMPLICATIONS FOR PORTUGAL

Ana Rita Baltazar

Coronel Engenheira Aeronáutica da Força Aérea Portuguesa
Doutorada em Gestão pela Universidade de Lisboa
Investigadora Integrada no ADVANCE do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG)
Rua do Quelhas, n.º 6, 1200-781, Lisboa, Portugal
Investigadora Colaboradora no Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM
Rua de Pedrouços, 1449-027, Lisboa, Portugal
arbaltazar73@gmail.com

Resumo

A Bússola Estratégica (BE) é um projeto que está a ser desenvolvido em quatro pilares, entre 2020-2022, nas Presidências do Conselho Europeu da Alemanha, de Portugal, da Eslovénia e da França, baseado na pretensão da União Europeia (UE) em operacionalizar a sua Estratégia Global e adaptar-se ao contexto internacional, sustentada na necessidade de reavaliar a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), tornando as suas missões e/ou operações civis e militares mais robustas e com mandatos mais flexíveis. Assim, esta investigação teve por objetivo criar Linhas de Orientação Estratégica (LOE) que maximizem, para Portugal, as potencialidades da BE no contexto da PCSD. Alicerçou-se num raciocínio indutivo, associado a uma estratégia qualitativa e a um desenho de pesquisa de estudo de caso, e na análise documental e das entrevistas realizadas a 12 especialistas, ligados ao Sistema de Informações da República Portuguesa, UE, Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Defesa e meio académico. Os resultados, ancorados em cinco potencialidades, três vulnerabilidades, cinco oportunidades e cinco ameaças, e numa cenarização (com o cenário mais provável), permitiram elencar 12 LOE, associadas às cinco prioridades da PCSD definidas por Portugal na sua Presidência.

Palavras-chave: Bússola Estratégica, Linhas de Orientação Estratégica, Política Comum de Segurança e Defesa, Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

Como citar este artigo: Baltazar, A. R. (2021). A Implementação da Strategic Compass ("Bússola Estratégica") no Âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia – Implicações para Portugal. *Revista de Ciências Militares*, novembro, IX(2), 63-93. Retirado de https://www.ium.pt/?page_id=5714

¹ Artigo adaptado a partir do trabalho de investigação individual realizado no âmbito do Curso de Promoção a Oficial General 2020/21, cuja defesa ocorreu em julho de 2021, no Instituto Universitário Militar. A versão integral encontra-se disponível nos Repositórios Científicos de Acesso Aberto (RCCAP).

Abstract

The Strategic Compass (SC) is a project centred on four pillars that is being developed from 2020-2022, during the European Council Presidencies of Germany, Portugal, Slovenia and France. It will allow the European Union (EU) to implement its Global Strategy and adapt to the international context, and will address the need to review the Common Security and Defence Policy (CSDP) to make its civilian and military missions and / or operations more robust and with more flexible mandates. Thus, this study aimed to propose Strategic Guidelines (SGs) that Portugal can follow to make the most of the opportunities provided by the SC in the framework of the CSDP. The study uses inductive reasoning, a qualitative strategy and a case study research design based on a literature review and on interviews with 12 experts from the Portuguese Republic Intelligence System, the EU, the ministries of Foreign Affairs and Defence, and the academic milieu / Portuguese universities. The results were based on a list of five strengths, three weaknesses, five opportunities and five threats, and on a scenario analysis (projected scenario) that enabled the identification of 12 SGs, which correspond to the five CSDP priorities defined by Portugal during its Presidency.

Keywords: Strategic Compass, Strategic Guidelines, Common Security and Defence Policy, Portuguese Presidency of the Council of the European Union.

1. Introdução

Quando for aprovada em 2022, a Bússola Estratégica será o documento de orientação política mais relevante, por vários anos, para a Política Comum de Segurança e Defesa (Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia², 2021).

A investigação enquadra-se no âmbito das Ciências Militares, em concreto no domínio do “Estudo das crises e dos conflitos armados”.

O projeto Bússola Estratégica (BE) é um dos objetivos da Presidência Alemã do Conselho da União Europeia (doravante designada de Presidência Alemã da União Europeia [PAUE]) (Auswärtiges Amt, 2020), fazendo parte de três outras presidências conforme Figura 1.

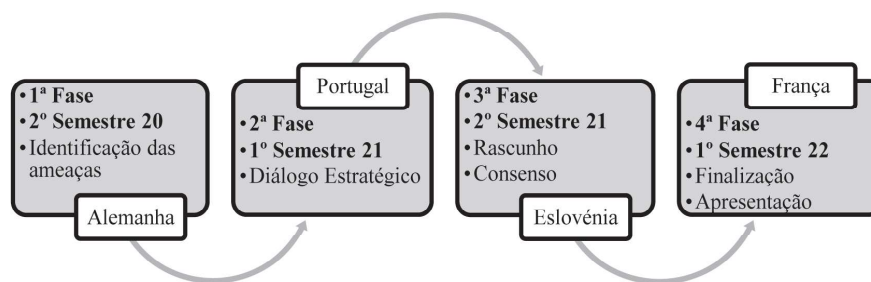


Figura 1 – Projeto “Bússola Estratégica”

² Doravante designada de Presidência Portuguesa da União Europeia (PPUE).

O atual contexto internacional europeu, em termos de Segurança Estratégica (SE), é influenciado, por um lado, pela “*Corona Virus Disease*” (COVID); por outro, pelo *Brexit* e pela decisão, do então Presidente norte-americano Donald Trump, de retirar 9.500 militares da Alemanha (Lange, 2020). Segundo a agenda estratégica para 2019-2024 do Conselho Europeu, a União Europeia (UE) precisa de uma voz uníssonas (Council of the European Union [CEU], 2019).

A Europa tornou-se vulnerável (Advisory Council on International Affairs [ACIA], 2020) devido à pressão de novas ameaças, mudanças na geopolítica e nas relações transatlânticas, começando a ser necessário decidir se a UE deveria rever a estratégia de ação externa (última aprovada em 2003). Steinmeier (2020), no seu discurso da Conferência de Segurança de Munique (CSM), relevava a importância de se ter uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) concebida para uma ação eficaz. Nas suas palavras só assim se contribuirá de forma credível para a preservação da ordem internacional.

Um passo importante tinha sido dado em junho de 2016, quando se estabeleceu a Estratégia Global (EG) para a UE. A 16 de junho de 2020, perante proposta da Alemanha, os Ministros da Defesa daquela organização decidiram que seria fundamental desenvolver a BE. A iniciativa visa “[...] enhance and guide the implementation of the Level of Ambition agreed in November 2016 in the context of the the EU [European Union] Global Strategy and could further contribute to develop the common European security and defence culture [...]” (CEU, 2020, p. 3).

Segundo Major e Mölling (2020, p. 1) a UE está essencialmente preocupada “[...] on coping with the health, economic and social consequences of the pandemic [...]”, estando a defesa a receber menos atenção quando “[...] the security and defense environment around Europe seems to require the European Union to think even more about its role [...]”. De facto, a componente miliar da Defesa, nos últimos anos, não terá sido a prioridade de alguns países europeus, sendo que a pandemia poderá agravar a situação através de cortes substanciais nos orçamentos (Koenig & Stahl, 2020). As Figuras 2 e 3 refletem a percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) afeto àquela componente da Defesa.

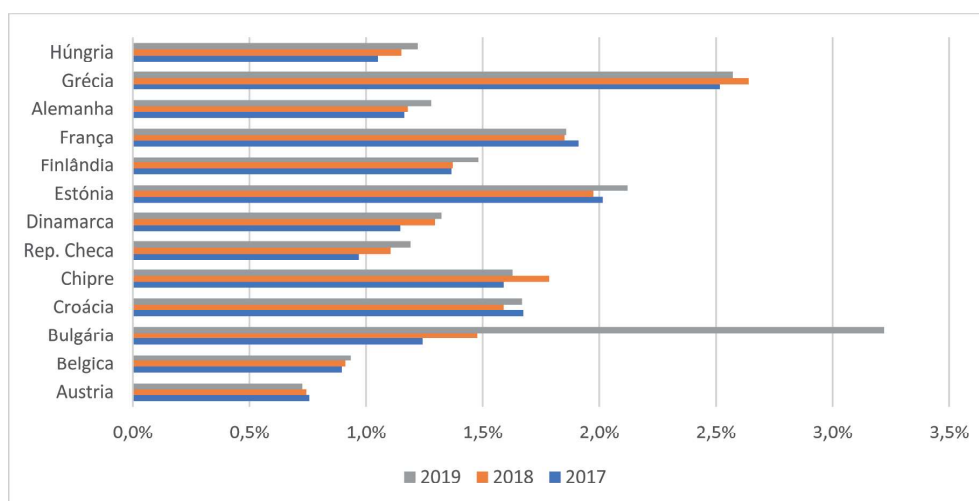


Figura 2 – Percentagem de Produto Interno Bruto (PIB) em Defesa (13 países de 27)

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) (2020).

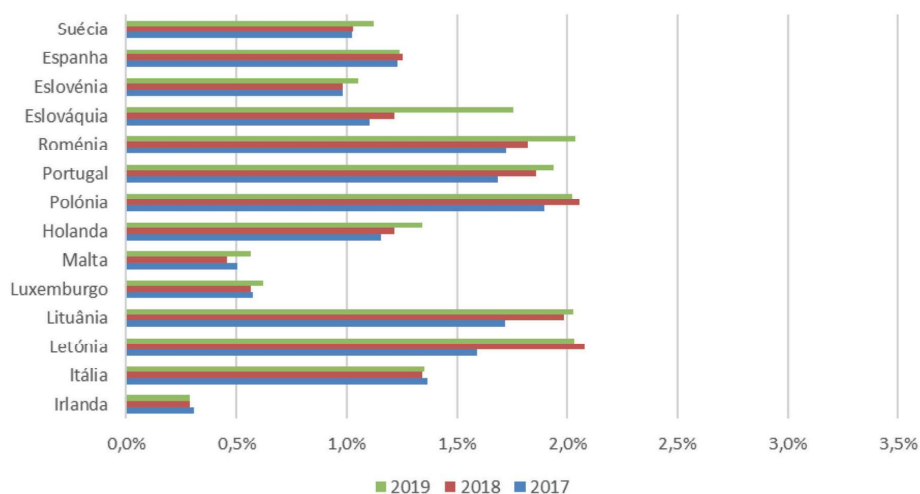


Figura 3 – Percentagem de PIB em Defesa (14 países de 27)

Fonte: SIPRI (2020).

No decorrer da PPUE, Portugal lidera o designado “Diálogo Estratégico” (Major & Mölling, 2020). Esta constatação, *per si*, seria logo indiciadora do interesse do estudo. Mas não só. O que se pretende daquele projeto poderá ser fundamental para a criação de uma cultura europeia comum de Segurança e Defesa (SD) (Fiott, 2020; Koenig, 2020; Major & Mölling, 2020). Não obstante a própria definição de ameaças comuns, como também o que levará a “minimizá-las”, ser de extrema importância para Portugal, no geral, e para o Ministério da Defesa Nacional (MDN), em particular, será relevante antecipar, no que for possível, as implicações da BE.

Em termos práticos, ainda que à data do fecho desta investigação o documento estratégico europeu não esteja concluído (Figura 1), ambiciona-se gerar conhecimento útil para Portugal ao nível da defesa nacional, que poderá contribuir para o objetivo europeu final de capacitar a UE para algo concreto e não somente teórico (European External Action Service [EEAS], 2020; Mölling & Schütz, 2020).

Considerando a abrangência do objeto de estudo – implementação da Bússola Estratégica – impõem-se as delimitações de tempo, de espaço e de conteúdo mencionadas por Santos e Lima (2019, p. 41):

- Delimitação temporal - início em 2016 porque está associado àquilo que aparenta ser a sua génese no documento sobre a EG (UE, 2016) e o fim em 2022 (Figura 1) porque o projeto BE culminará nesse ano;
- Delimitação espacial - ainda que a BE seja um conceito associado à UE, e por isso aos seus 27 Estados-Membros (EM), concentra-se no território nacional conforme preconizado no título da investigação;
- Delimitação de conteúdo - a investigação está limitada ao nível da política de defesa nacional, no contexto da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE.

No seguimento do exposto, o Objetivo Geral (OG) é propor Linhas de Orientação

Estratégica (LOE) que maximizem, para Portugal, as potencialidades da BE no contexto da PCSD. Do OG foram declinados três Objetivos Específicos (OE) (Quadro 1).

Quadro 1 – Objetivos específicos

OE1	Criar o cenário provável de implementação da BE no âmbito da PCSD.
OE2	Analisar a envolvente externa de Portugal decorrente da operacionalização da BE na UE.
OE3	Analisar a envolvente interna de Portugal decorrente do desenvolvimento da BE na UE.

Face esta problemática, e em linha com os objetivos de investigação atrás mencionados, a Questão Central (QC) é “Que LOE poderão maximizar, para Portugal, as potencialidades da BE no contexto da PCSD?”

2. Enquadramento teórico e concetual

No presente capítulo apresenta-se uma síntese da revisão da literatura, os conceitos relevantes e o modelo de análise.

2.1. Revisão da literatura

O conceito estruturante do trabalho é a BE; no entanto, e porque o trabalho incide sobre a PCSD, considera-se ser pertinente enquadrá-la. Naturalmente, e como se observará, surgem à colação outros conceitos, como “Autonomia Estratégica”, que aqui se aflorarão por ser importante a sua compreensão.

2.1.1. Política Comum de Segurança e Defesa

O processo BE, iniciado formalmente com a PAUE, deverá contribuir para o desenvolvimento de uma cultura europeia comum de SD (CEU, 2020). Nesse sentido, deverá abordar algumas das fraquezas da PCSD (CEU, 2020), associadas às divergências entre os EM relativamente às perceções das ameaças (e.g. atos russos, alterações climáticas, ciberataques, desinformação) que contribui, também, mas não só, para um processo de decisão lento. Acresce que é necessária a unanimidade em processos relacionados com a PCSD (Mix, 2003), conforme previsto no n.º 1 do art.º 31º do Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE) de 2016.

A PCSD, parte integrante da PESC, destina-se a permitir à UE manter a paz na sua vizinhança (Friedrich Ebert Stiftung, 2012). Segundo o Governo alemão (Bundesregierung, 2020), só através da cooperação entre os EM no âmbito da PESC, se pode reagir adequadamente a crises e a conflitos externos.

As origens da PCSD remontam à conhecida Declaração de *Petersberg*, em 1992, pela União da Europa Ocidental (Coelmont, 2019). Mas apenas no *Helsinki Headline Goal* é que se estabeleceu, em 1999, um Nível de Ambição quantitativo para a PCSD: capacidade de destacar entre 50.000 a 60.000 militares, meios navais e aéreos para operações (no espectro das missões de *Petersberg*) no prazo de dois meses e de apoiar a operação durante, pelo menos, um ano (European Parliament, 2006). No entanto, aparentou ser sempre uma teoria e os objetivos relacionados com as capacidades foram instituídos sobretudo no Conselho

Europeu de Laeken de 2001 (*European Capability Action Plan*). Mais tarde, em junho de 2004, há mais um avanço com o *Headline Goal* 2010 adotado no Conselho Europeu de Bruxelas (External Relations Council, 2004).

A entrada em vigor do Tratado de Lisboa (2009) é outro marco na PCSD, no sentido em que se incluiu a *Permanent Structured Cooperation*.³ (PESCO), a possibilidade de confiar uma tarefa de gestão de crises a um grupo de EM e as cláusulas sobre assistência mútua e sobre solidariedade (Pérez, 2017).

Com a EG da UE (2016) redefiniu-se a PCSD, acrescentando-se a proteção da Europa a objetivos já existentes e referentes à resposta a crises e ao desenvolvimento de capacidades em países terceiros. Estes três objetivos (*tasks*) formam os alicerces para um Plano de Implementação sobre SE⁴ (CEU *European External Action Service*, 2016). Formalmente, a EG continua a ser a base de grande parte do esforço de desenvolvimento das capacidades da UE ainda que não exista uma estratégia para a PCSD que expresse claramente quais as responsabilidades de SD que os EM estão realmente dispostos a assumir⁵, para que fins, através de que tipos de operações, a que escala e com que simultaneidade (Biscop, 2020).

A UE estará empenhada em reforçar a sua capacidade de agir como fornecedor de segurança através do seu envolvimento operacional, nomeadamente em missões e operações PCSD (Grevi & Ivan, 2020). Essas missões e operações são determinantes na salvaguarda dos valores e interesses europeus, contribuindo assim para uma certa Autonomia Estratégica, observada como “[...] political, institutional and material ability of the EU and its member states to manage their interdependence with third parties, with the aim of ensuring the well-being of their citizens and implementing self-determined policy decisions [...]” (Helwig, 2020, p. 4).

No entanto, e segundo o Secretariado-Geral do Conselho da UE

To achieve this, the EU and its Member States should allocate the necessary financial resources for security and defence both at EU level, as well as at national level following Member States’ budgetary processes, which could also strengthen the economic recovery in particular in critical sectors in the EU. (CEU, 2020, p. 2)

Observando as atuais missões e operações da UE compreende-se que, em termos de SD, centralizem particularmente na contenção de conflitos na sua vizinhança imediata (da Ucrânia aos Balcãs Ocidentais, ao Médio Oriente, ao Corno de África e ao Sahel) com o propósito de defender interesses europeus (ACIA, 2020).

Essas missões e operações revelam igualmente que nos últimos 20 anos, a UE no quadro da PESC tem procurado uma maior autonomia e capacidades militares credíveis. No entanto, a UE ainda está muito dependente da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em questões de Defesa (e.g. estrategicamente nos domínios militar e da segurança interna), estando longe de atingir o Nível de Ambição político e militar preconizado na EG de 2016. Mass (2020), Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, declarava na Conferência de Segurança de Munique que, nesta década, a principal tarefa da política europeia na

³ Em português Cooperação Estruturada Permanente, mas por ser menos comum, opta-se por utilizar a sigla inglesa.

⁴ Em inglês *Implementation Plan on Security and Defence* (IPSD).

⁵ Interesses nacionais, associados a diferentes fatores (e.g. sociais, económicos) e, naturalmente, à própria soberania.

construção de uma UE de SD é tornar a Europa um pilar forte da OTAN. De salientar que 21 dos 27 EM são também membros da Aliança (Cravinho, 2021).

2.1.2. Bússola estratégica

A Alemanha, segundo a sua proposta para a PAUE (*Federal Foreign Office* [FFO], 2020), desejava desenvolver a PCSD e é precisamente nas linhas orientadoras daquela presidência (FFO, 2020, p. 24) que se extrai que, em conjunto com o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), a Alemanha pretendia “[...] to drive forward the development of the so-called strategic compass”. Segundo o seu Ministério da Defesa (*Bundesministerium der Verteidigung* [BmVgi], 2020a), os objetivos gerais eram a promoção da resiliência e o reforço da capacidade de ação da UE, concentrando-se em três projetos: a BE, a intensificação da cooperação UE-OTAN e a cooperação entre serviços sanitários europeus.

Matej Tonin, Ministro da Defesa da Eslovénia, comprometia-se com o projeto enfatizando que “[...] the most important political steering document for the common security and defence policy, the Strategic Compass will be a priority during Slovenia’s EU presidency in the second half of the year” (*The Slovenia Times*, 2021).

No final do projeto, espera-se que, no contexto europeu, a BE contribua para o alinhamento da orientação estratégica e das capacidades globais (BmVgi, 2020b; *Bundesregierung*, 2020).

No decorrer da PAUE concluiu-se a identificação das ameaças (*vide* Figura 1) para a UE numa visão a 360°, ou seja, onde os 27 EM se reverão. A identificação deverá ter contemplado contingências e cenários possíveis (EEAS, 2020). No entanto, esta fase é concebida como um “documento dos serviços de informação” e não como um “documento político” (Wächter, 2020). A análise da ameaça foi efetuada num processo de diálogo entre os serviços de informação dos EM e o SEAE em Bruxelas (documento classificado).

No “*European Global Strategy*” (UE, 2016) já se encontram algumas das ameaças que se admite, em parte, ou na totalidade, surgirem no documento final (e.g. Proliferação de Armas de Destruição Massiva, Ação Terrorista, Crime organizado, Conflitos armados). Mas também os próprios EM têm definidas nas suas Estratégias Nacionais o que consideram ser as ameaças (*vide* Conceito Estratégico de Defesa Nacional [CEDN]). De referir que existe um artigo científico que estuda os Conceitos Estratégicos de 25 EM (inclui Portugal) e resume numa figura, entre outros pontos, as ameaças nacionais daqueles e, para cada uma das ameaças, associa um número correspondente às vezes que surge nos documentos (Fiott, 2020). A Figura 4 permite ter uma noção do que os EM consideram ser relevante para a segurança.

Terrorism including radicalisation, extremism and returnee fighters	26	11	6	1	2		2
Technological uncertainty including cryptocurrencies, AI, 5G, data use and the weaponisation of space	7	7	6		2		4
Supply disruptions including food, water, energy, electricity and raw materials	22	18	8	3	5	6	7
Public insecurity including civic order and decreasing national demographics	3	2	7	3	1	2	1
Proliferation including the spread of WMD, weapons, missiles and CBRN	17	12	1	1	1		
Organised crime including corruption and drug and human trafficking	23	10	8	1	4		3
Instability in the EU eurozone fragility, Brexit and instability in the Aegean and the Western Balkans	1	2	13	4	4	4	2
Insecurity in the Middle East including insecurity in the Persian Gulf and Sunni/Shi'a rivalry	1	2	4	1	2	1	2
Insecurity in Eastern Europe including Russia, frozen conflicts, the Baltic Sea region and Black Sea region	8	7	6	10	1	3	
Insecurity in Asia including the rise of China, North Korea's nuclear aims and the South China Sea	1	3	4	2	2		1
Insecurity in Africa including instability in North Africa, the Sahel, Horn of Africa and Sub-Saharan Africa		4	6	1	3		1
	Threat	Risk	Challenge	Tension	Problem	Pressure	Vulnerability

[Cont.]

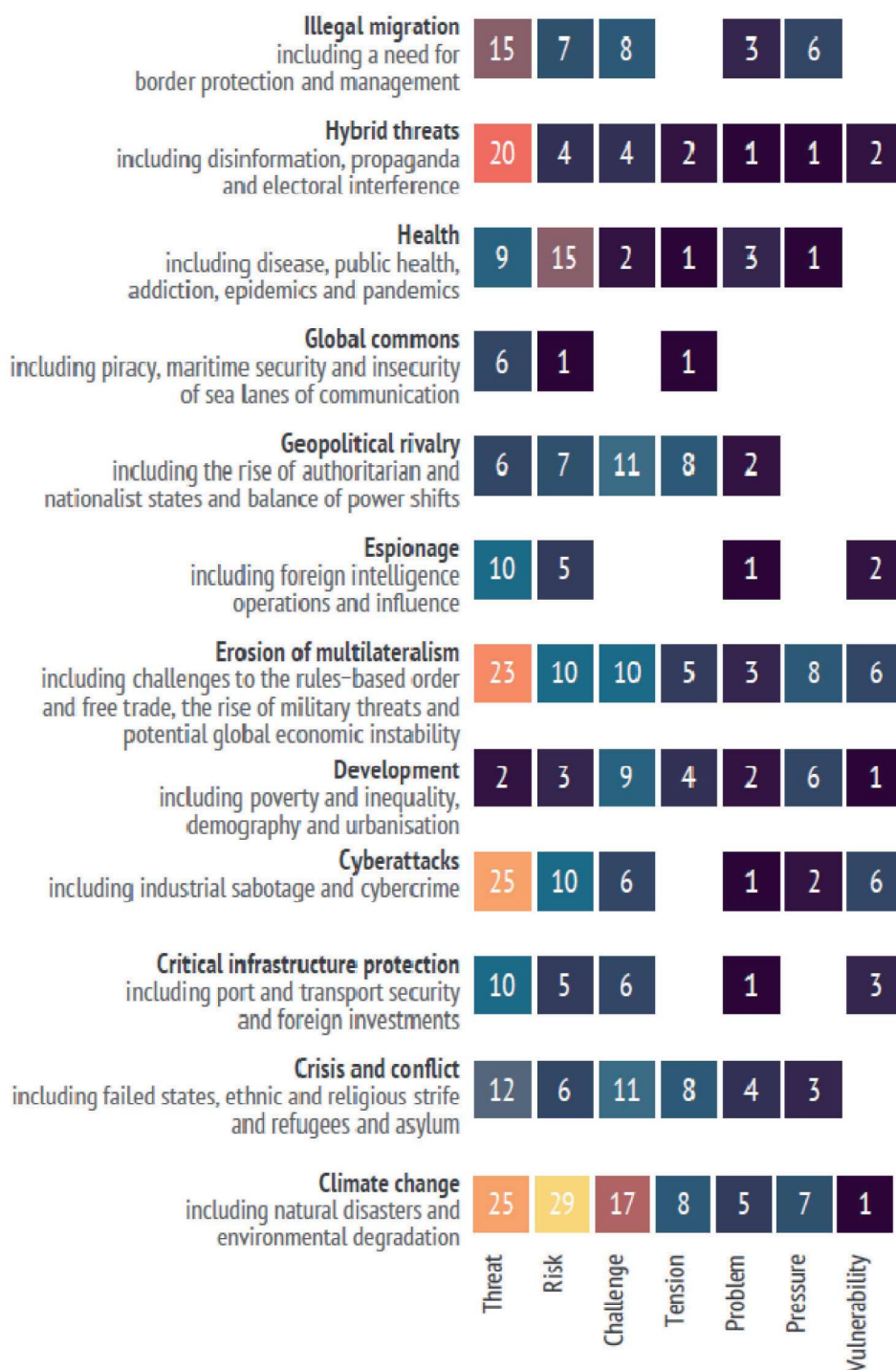


Figura 4 – Priorização de ameaças, riscos, desafios, tensões, problemas, pressões e vulnerabilidades

Fonte: Fiott (2020, p. 7).

Será expectável então que, resultado da BE, se tenham identificado ameaças civis e militares abrangendo diferentes horizontes temporais. Mas será também prudente reconhecer aquilo que poderão ser multiplicadores, em alguns casos em simultâneo, dessas mesmas ameaças (e.g. alterações climáticas, pandemias, demografias, extremismo).

Portugal, na PPUE, tem como incumbência garantir o “Diálogo Estratégico” (vide Figura 1) que estará organizado em quatro pilares (EEAS, 2020): gestão de crises, resiliência, capacidades e parcerias.

Para cada uma das ameaças, os EM deverão estabelecer prioridades comuns, derivando daí as capacidades necessárias (EEAS, 2020). Muito provavelmente, algumas dessas capacidades fazem já, ou poderão fazer parte, dos projetos da PESCO e recorrem, ou poderão recorrer, ao Fundo Europeu de Defesa (FED). Um dos objetivos da UE é tornar as FFAA dos EM mais interoperáveis e evitar as duplicações na investigação e desenvolvimento (Csernaton, 2020).

Antecipando, parece ser difícil que a priorização das ameaças segundo a sua importância, seja conseguida. Isto forçaria a que os EM percecionassem exatamente da mesma forma cada uma delas ou que conseguissem chegar a um consenso (*quicá* artificial). Sabe-se, à partida, que esse tipo de consenso poderá ser uma impossibilidade motivada não só por fatores históricos e económicos, como geográficos e até diplomáticos (e.g. relações bilaterais à margem da UE). Mas o mais importante será aceitar que há diferentes perceções do grau de ameaça, ou seja, que há múltiplas dimensões de um ambiente de segurança que *per si* é complexo. Provavelmente a hierarquização será realizada a nível nacional e, a partir daí, a política nacional determina as capacidades onde quer ou pode investir e/ou desenvolver (Koenig, 2020).

O documento final (quarta fase vide Figura 1) deverá ser utilizado para concretizar os objetivos estratégicos da UE para o sector da SD e tornar a atividade da UE mais célere, mais eficaz e mais planeável, no âmbito da EG de 2016 sobre PESC (Biscop, 2020). Segundo Wächter (2020), Diretor-geral de Política de Defesa alemã, uma UE que atua a nível global carece de objetivos estratégicos claros e exequíveis.

Do documento deverá resultar um reforço da resiliência da Europa contra antigos e novos desafios, sendo o alicerce de uma PCSD. Segundo o MD alemão (BmVgi, 2020), a BE deverá ser apoiada por um amplo acordo político e uma firme vontade política de agir dos 27 EM.

Em suma, a BE pretende interligar as necessidades estratégicas, operacionais e as capacidades da UE, com vista a torná-la pronta para a ação estratégica. Assim sendo, poder-se-á considerar, para já, um conceito embrionário que, quando se concretizar, fornecerá orientações políticas e estratégicas para a SD da UE (Biscop, 2020).

2.2. Modelo de análise

Com base na revisão da literatura, criou-se o modelo de análise utilizado na investigação (Quadro 2).

Conforme descreveu Sarsby (2016), os Fatores Externos (FE) dividem-se em Ameaças (A) e Oportunidades (O) e os Fatores Internos (FI) dividem-se em Vulnerabilidades (V) e Potencialidades (P).

Quadro 2 – Modelo de análise

OG: Propor LOE que maximizem, para Portugal, as potencialidades da BE no contexto da PCSD.			
OE	QC: Que LOE poderão maximizar, para Portugal, as potencialidades da BE no contexto da PCSD?		
	Conceito	Dimensão	Técnicas de recolha de Dados
OE1 - Criar o cenário provável de implementação da BE no âmbito da PCSD.	Bússola Estratégica	Implementação	Análise documental
OE2 - Analisar a envolvente externa de Portugal decorrente da operacionalização da BE na UE.		Oportunidades	Entrevista semiestruturada
OE3 - Analisar a envolvente interna de Portugal decorrente da operacionalização da BE na UE.		Ameaças	
		Potencialidades	
		Vulnerabilidades	

3. Metodologia e método

A investigação seguiu a metodologia e o método que a seguir se expõe.

3.1. Metodologia

A estratégia de investigação seguida foi qualitativa, raciocínio indutivo, através de um “estudo de caso”.

3.2. Método

3.2.1. Participantes e procedimento

Na investigação foram selecionados 26⁶ documentos e as pessoas cuja informação permitia abranger o espectro completo da QC. Realizaram-se 14 entrevistas sendo que dois dos entrevistados somente responderam às perguntas que lhes estavam diretamente ligadas (e.g. pilar das capacidades).

A amostra constituída foi do tipo não-probabilística, intencional segundo o Quadro 3.

Quadro 3 – Lista de entrevistados

Código	Cargo	Titular
E1	Professor Convidado no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa	Tenente-general (reformado) António L. Fontes Ramos
E2	Assessor na Direção de Serviços de Planeamento Estratégico de Defesa da Direção Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN)	Coronel Rocha
E3	Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico Militar	Brigadeiro-general Rui Ferreira
E4	Subdiretor-Geral de Política de Defesa Nacional	Brigadeiro-general Nuno Lemos Pires
E5	Universidade do Minho	Professora Doutora Ana Paula Brandão
E6	Chefe de Equipa Multidisciplinar do Centro de Estudos e Investigação do Instituto da Defesa Nacional	Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes
E7	Na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia	Dra. Mafalda Pinheiro Alves

⁶ Publicados entre 1 de junho de 2020 e 30 de março de 2021, ou seja, no início da PAUE e no primeiro trimestre da PPUE.

[Cont.]

Código	Cargo	Titular
E8	Assessor político de Ministro da Defesa Nacional	Dr. Bruno Reis
E9	Direção de Serviços de Armamento e Equipamento - Divisão de Planeamento e Programação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)	Comandante Rodrigues Correia
E10	Subdiretora-geral de Política Externa (MNE) e Diretor de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa (MNE)	Dra. Ana Paula Moreira + Dr. Jorge Aranda
E11	Cargo na União Europeia - Bruxelas	Anónimo
E12	Gabinete do Ministro da Defesa	Dra. Noémia Pizarro - Gabinete do MD
E13	Professora Auxiliar da Universidade da Beira Interior	Professora Doutora Liliana Reis Ferreira
E14	Ex-Representante Permanente de Portugal junto do Comité Político e de Segurança da UE	Embaixadora Graça Mira Gomes

De salientar que unicamente um entrevistado solicitou o anonimato, pelo que foi citado como Entrevistado n.º 11 (E11).

3.2.2. Instrumentos de recolha de dados

Na recolha de dados foram utilizados dois instrumentos:

- análise documental (e.g. artigos, legislação e discursos) para o OE1;
- entrevistas semiestruturadas para os OE2 e OE3.

O guião da entrevista semiestruturada, antes de ser aplicado, passou por dois processos de melhoria: primeiro, foi validado por dois especialistas do Instituto Universitário Militar que contribuíram com sugestões para a sua melhoria; segundo, passou por um pré-teste lançado a dois elementos com conhecimento do tema, cujos resultados deram origem a pequenas alterações.

3.2.3. Técnica de tratamento de dados

Em termos de técnicas de análise de dados, recorreu-se à análise de conteúdo (Hsieh & Shannon, 2005), em concreto à análise categorial.

O OE1 foi trabalhado através da associação das categorias emergentes (Bardin, 2013) e respetivas propriedades resultantes da análise categorial efetuada a dados recolhidos nos 26 documentos, criando um todo estruturado. As categorias emergentes tiveram de aparecer em pelo menos quatro documentos, conforme adaptado de Fachada (2015, p. 116).

De igual modo os OE2 e OE3 foram trabalhados através de categorias emergentes (Bardin, 2013), onde tiveram de existir quatro menções no universo das 14 entrevistas (Fachada, 2015, p. 116).

4. Análise de dados e discussão de resultados

Neste capítulo concebeu-se o cenário provável de implementação da BE no âmbito da PCSD, construiu-se e criaram-se as Linhas de Orientação Estratégica.

4.1. Cenário provável

Da análise de conteúdo aos 26 documentos resultam seis categorias que associadas criam um cenário provável (Figura 5). Considera-se que é face ao contexto (20 documentos faziam referências contextuais, em 96 Unidades de Registo [UR]) que se criam as condições para uma ambição (25 documentos faziam referências contextuais, em 169 UR) europeia que se materializa numa estratégia (12 documentos faziam referências contextuais, em 45 UR). Seguindo essa estratégia obter-se-á um produto final que, no entanto, poderá resultar em apenas mais um documento que não acrescenta nada aos existentes (risco) (oito documentos faziam referências contextuais, em 11 UR). Esse risco existe porque se quer um documento que seja aceite formalmente pelos EM o que, face às diferenças históricas e políticas, não será fácil de conseguir sem que seja através de um Mínimo Denominador Comum (MDC) eventualmente pouco ambicioso. Ainda assim, o documento estratégico e central que for o output (20 documentos faziam referências contextuais, em 58 UR) da BE pode trazer benefícios (14 documentos faziam referências contextuais, em 35 UR) à UE (e.g. contributo para a BTID a partir da identificação de capacidades necessárias para fazer face à lista de ameaças definidas e aceites previamente).

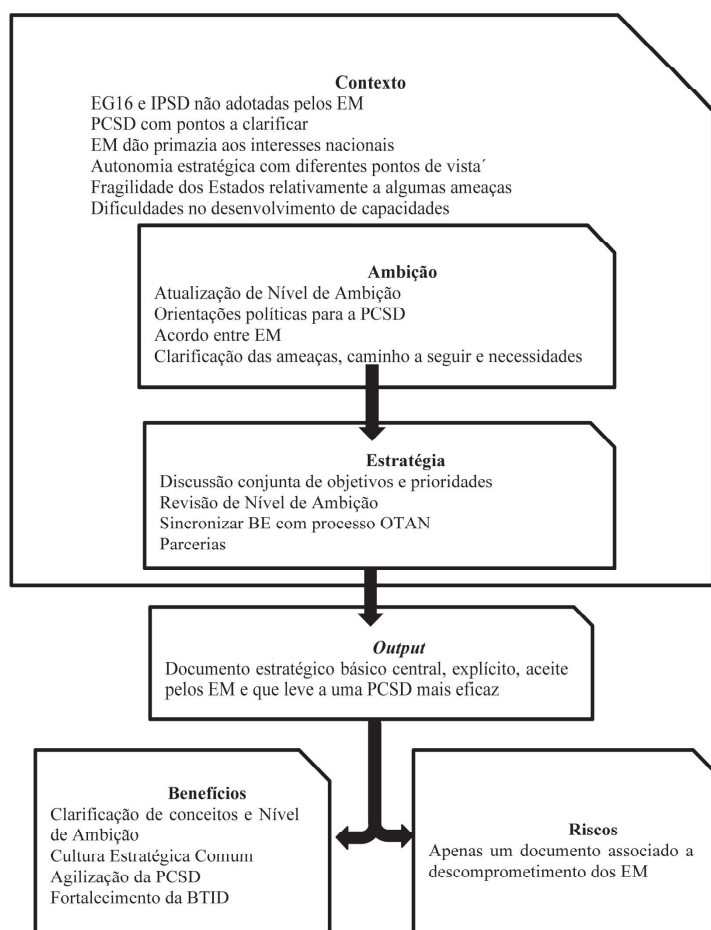


Figura 5 – Cenário provável

4.2. Contextualização dos fatores externos e fatores internos

Neste ponto, procurou-se corroborar os resultados obtidos no ponto anterior com as percepções dos entrevistados, através da resposta à pergunta **1.1** da entrevista “Na sua opinião o que se obterá no final da Presidência Francesa da União Europeia em termos de BE”. Para eles a BE:

- Conduzirá, no mínimo, a um documento de MDC que deverá unir os EM em torno daquilo que são as ameaças e a sua mitigação (E6, entrevista por videoconferência, 22 de fevereiro de 2021, A.P. Brandão entrevista por videoconferência, 26 de fevereiro de 2021), ou seja, “[...] perante uma visão comum das ameaças e desafios expresse a determinação conjunta dos EM para realizar, em conjunto, as ações que consideram necessárias” (A.L.F. Ramos, entrevista por videoconferência, 10 de fevereiro de 2021), corroborado por R. Ferreira (entrevista por videoconferência, 19 de fevereiro de 2021);
- Trará “[...] orientações sobre o que vamos fazer na perspetiva da Segurança e Defesa” (A.L.F. Ramos, *op. cit.*), ou seja, “uma espécie de Conceito Estratégico da UE na área da Segurança e Defesa” (N. Pizarro, *op. cit.*) associadas à operacionalização das “quatro dimensões” (I.F. Nunes, *op. cit.*);
- Levará a “[...] maior aproximação entre a relação civil/militar, [a] olhar para os problemas como um todo” (L. Pires, entrevista por videoconferência, 9 de fevereiro de 2021).

Mas houve também manifestações de receio de que a BE venha a “[...] ser apenas mais um papel [...]” (A.L.F. Ramos, *op. cit.*), corroborado por B. Reis (entrevista por videoconferência, 16 de fevereiro de 2021) e A.P. Moreira (entrevista por videoconferência, 2 de março de 2021); segundo L. Rocha (*op. cit.*) “[...] falta ver a sua operacionalização ou a eficácia”. Desta forma, corrobora-se o cenário apresentado em 4.1.

4.3. Fatores externos prováveis para Portugal decorrentes do desenvolvimento da BE na UE

4.3.1. Categorias emergentes

Na análise de conteúdo realizada aos dados recolhidos nas entrevistas emergiram seis categorias principais: opinião pública, política UE, capacidades, parcerias, gestão de crises e resiliência. As últimas quatro associadas aos pilares da BE.

4.3.2. Fatores externos – ameaças

Opinião pública. Nesta categoria resultou a propriedade A3 (71%) onde se releva a preocupação com o **distanciamento/conhecimento dos cidadãos** relativamente a questões de SD. E11 (entrevista por videoconferência, 25 de fevereiro de 2021) constata que “A juventude atual tem a sua adrenalina nos jogos de futebol e não está preocupada com questões de SD”. L. Rocha (*op. cit.*), relativamente a Portugal, afirmava que se “[...] quiséssemos falar sobre a PCSD [...] não tínhamos cinco minutos de atenção do público”. A situação agrava-se quando se abordam questões como a desinformação, salientado por G.M. Gomes (entrevista presencial, 23 de fevereiro de 2021) ao reconhecer que aquela “é um problema, muitas das vezes utilizado para desacreditar e dificultar a ação da UE e dos seus EM”.

Capacidades. Nesta categoria distinguiam-se as propriedades A1 (100%) e A2 (50%):

- A1 - **fragilidade de uma BTID europeia** dada a existência de empresas fortes a fazerem prevalecer os seus interesses e a beneficiarem do seu prestígio. Observado por B. Reis (op. cit.) o “interesse económico de uma ou duas empresas de um ou dois países”. R. Correia (entrevista por videoconferência, 19 de fevereiro de 2021) alertava para o receio “de uma condução ‘tendenciosa’ do processo, em particular no que refere ao desenvolvimento de capacidades militares, dado o maior peso da BTID de alguns EM”. Acresce a falta de concretização dos projetos europeus manifestada por N. Pizarro (op. cit.) em “A PESCO e a FED só agora é que estão a entrar em vigor” pelo que os resultados ainda não são visíveis”.
- A2 - **ID nacional com pouca expressão europeia** e pouco envolvida nos projetos europeus. E11 (op. cit.) destacava que “A indústria acordou tarde para as oportunidades que estavam associados à PESCO” até porque, e segundo I.F. Nunes (op. cit.) “Há empresas que ainda não compreenderam o potencial que está por de trás de todo este processo de fomento da segurança e defesa europeia”.

Gestão de Crises. Desta categoria resultou a propriedade A4 (64%) que se relaciona com **mecanismos europeus que façam face a ameaças**, ou seja, “Há também uma reconhecida falta de operacionalização de medidas que aumentem a resiliência europeia, nomeadamente através da PESD que depende da aceitação dos EM” (A.P. Brandão, op. cit.). Para N. Pizarro (op. cit.) os mecanismos existem, mas “é necessário [...] uma reflexão do que já está em curso”.

Resiliência. Nesta categoria sobressaiu a propriedade A5 (43%) onde se destaca o **risco das infraestruturas críticas**, normalmente pertença do setor privado como mencionado por I.F. Nunes (op. cit.): “No caso das infraestruturas críticas algumas são tuteladas pelo setor privado e não pelo setor público”. E A.P. Moreira (op. cit.) reconhecia que “Podemos ser muito eficazes na SD tradicional, mas não resolvemos [o problema de segurança] se não garantirmos a segurança deste tipo de infraestruturas críticas essenciais”.

4.3.3. Fatores externos – oportunidades

Política UE. Nesta categoria sobressaíram as propriedades O1 (86%) e O2 (79%):

- O1 - *comprehensive approach*, associada aos vários instrumentos disponíveis para os EM. B. Reis (op. cit.) destacava que

Há uma insistência na PCSD nesta ideia de que a grande vantagem da UE é ter esta resposta integrada às crises, emergências e aí a dimensão militar é indispensável. Mas, a grande mais-valia é uma coordenação, uma cooperação civil/militar muito estreita que se quer reforçar e tornar mais eficaz.

A.P. Moreira (op. cit.) dava a perspetiva nacional de que na “[...] resiliência não nos basta a militar ou a de segurança interna, tem de haver uma *comprehensive approach*”. A.P. Brandão (op. cit.) relembra que na UE existe uma “[...] narrativa oficial com muitos anos de *comprehensive approach*”.

- O2 - **relevância do Atlântico e SM** em concreto observada por A.P. Brandão (op. cit.) quando pronunciava ser “Muito importante esta componente marítima. O

Mediterrâneo demonstrou que é importante na relação com a OTAN e importante para a Europa do Sul, mas também para toda a Europa” e R. Ferreira (*op. cit.*) acrescentava que “A conjuntura estratégica mudou bastante nos últimos anos e conferiu centralidade estratégica ao Atlântico. ‘Acordou-se’ para o Atlântico porque há mais potências globais a utilizar aquelas águas”. No que diz respeito em concreto a Portugal, A.L.F. Ramos (*op. cit.*) alegava que “Parece necessário que a UE tenha um papel mais significativo no Atlântico com uma estratégia mais definida. Isto é importante para Portugal”.

Capacidades. Nesta categoria sobressaíram as propriedades O3 (100%) e O4 (79%):

- O3 - **aquisições/produção/desenvolvimento conjunto** (convergente e integrado com a OTAN), associado aos diferentes mecanismos UE (*e.g.* FED, *Coordinated Annual Review on Defence* [CARD], PESCO). Para L.R. Ferreira (entrevista por videoconferência, 12 de fevereiro de 2021), “Esta é a primeira vez que se assume, sem ser do ponto de vista da narrativa que o desenvolvimento das capacidades que cabem aos EM, têm de ser desenvolvidas para ambas as organizações”. R. Correia (*op. cit.*) referia que se espera que haja “um ímpeto adicional para os EM aproveitarem plenamente as oportunidades apresentadas pela PESCO, CARD e FED, e para fecharem as lacunas críticas em todo o espectro de capacidades”. A.L.F. Ramos (*op. cit.*) sugeria que “os grandes sistemas possam ser produzidos em conjunto e integralmente adquiridos pela UE pondo em sintonia e colaboração todas as empresas europeias que tenham capacidade para isso. Essa situação será muito relevante para Portugal.”
- O4 - existência de **empresas portuguesas versáteis e inovadoras** destacadas por E11 (*op. cit.*) em “Temos várias *Startups* portuguesas interessantes”. A.P. Brandão (*op. cit.*) verbalizava que “[...] nós temos capacidade no país. [...] Onde podemos dar cartas é na inovação”. A.L.F. Ramos (*op. cit.*) mencionava que “Portugal tem capacidades e empresas com versatilidade ligadas a inovação”.

Parcerias. Nesta categoria resultou a propriedade O5 (100%) relativa às **missões/operações alargadas a países terceiros e a abertura às parcerias** que permitirá tornar a PCSD mais eficiente. N. Pizarro (*op. cit.*) verbalizou que “Acreditamos que países terceiros podem contribuir para o robustecimento dessas missões”. L. Pires (*op. cit.*) via aqui uma oportunidade porque “Portugal tem ligação a países que precisam de pontes, nomeadamente o Brasil”. Corroborado por R. Ferreira (*op. cit.*) em “Eu julgo que isso para nós pode ser uma vantagem, porque as parcerias não são apenas com a UE e OTAN, podem ser com países terceiros”. B. Reis (*op. cit.*) fez a ligação às organizações internacionais quando menciona “O que se espera é um reforço dessas parcerias (OTAN, UE, OSCE, ECOWAS...)”.

4.4. Fatores internos prováveis para Portugal decorrentes do desenvolvimento da BE na UE

4.4.1. Categorias emergentes

Para os FI, da análise das entrevistas, emergiram cinco categorias: capacidades, política nacional, imagem, resiliência e parcerias.

4.4.2. Fatores internos – vulnerabilidades

Capacidades. Neste ponto distinguiu-se a propriedade V1 (71%) referente a **recursos materiais limitados** conforme percecionado por A.L.F. Ramos (*op. cit.*) ao manifestar que “Portugal tem um único pacote de forças e é limitado” ou L. Pires (*op. cit.*) ao proferir que “Portugal quer ser produtor de segurança e para isso precisamos de um leque de capacidades mais abrangente”, mas reconhecendo que “não podemos ir a todas”. Também R. Ferreira (*op. cit.*) relembra que “Em Portugal o grande problema é que há um atraso tecnológico e um contraciclo”.

Política nacional. Nesta categoria sobressaíram as propriedades V2 (50%) e V3 (71%):

- V2 - identificada uma **comunicação estratégica nacional deficiente**, manifestada, por exemplo, por L. Rocha (*op. cit.*) que destacava que a “Comunicação estratégica não chega aos cidadãos”. M.P. Alves (entrevista por videoconferência, 9 de fevereiro de 2021) também reconhecia que “Apesar de já haver um esforço de desenvolver uma narrativa de SD [...] ainda falta muito”.
- V3 - constata um **investimento limitado** que “para algumas novas tecnologias [poderá haver] dificuldade de ter um investimento eficaz” (B. Reis *op. cit.*), agravado pela pandemia onde nesse contexto é difícil “justificar a transferência de verbas de políticas tradicionais internas para a Defesa” (L.R. Ferreira, *op. cit.*). Esta situação, para R. Correia (*op. cit.*), podia ser agravada dado que “o impacto da COVID19 nos orçamentos da defesa é ainda uma incerteza”.

4.4.3. Fatores internos – potencialidades

Política nacional. Na categoria contexto distinguiu-se a propriedade P1 (93%) que destaca as **caraterísticas de Portugal** no que diz respeito à relevância da sua face atlântica, a sua presença na Europa, a língua portuguesa e a história, verificado em frases como “Mas Portugal, com a saída do RU, é o principal promotor e provedor das Relações Internacionais com os Estados Unidos da América (EUA), pois é o país mais atlântico e com relações históricas com o RU” (L.R. Ferreira, *op. cit.*). I.F. Nunes (*op. cit.*) relevava “a ‘vocalização’ Atlântica, africana e continental [...] que tem funcionado sempre como plataforma de valorização das dimensões tradicionais da Política Externa”.

Imagem. Nesta categoria sobressaiu a P2 (64%) associada à **credibilidade** resultante, não só da participação portuguesa em missões e operações como destacava A.L.F. Ramos (*op. cit.*): “De resto a nossa participação decidida e por vezes decisiva nas Operações da UE tem deixado um prestígio significativo de Portugal no Mundo e em particular em África”, como também associada à PPUE por M.P. Alves (*op. cit.*): “O sucesso das nossas Presidências também nos dá prestígio”.

Parcerias. Nesta categoria sobressaíram as propriedades P3 (93%) e P4 (50%):

- P3 - a **ação da diplomacia da Defesa** é percecionada como relevante nas várias vertentes, por exemplo, manifestado por G.M. Gomes (*op. cit.*) em “O trabalho diplomático interno e externo é essencial” e A.P. Brandão (*op. cit.*) alertava para a “importância do dossier militar e da Defesa no seu sentido mais amplo”.
- P4 - destaca-se o **empenho político no envolvimento da “idD – Portugal**

Defence⁷, onde se observam, por exemplo, diferentes iniciativas do MDN com intenção de a promover internacionalmente, tal como destacava B. Reis (*op. cit.*) em “Para Portugal a mensagem tem sido no sentido de tentar reforçar instituições [...] com vista a defender os pequenos [...] e procurando garantir as condições de um mercado mais inclusivo, mais diversificado”. Também E11 (*op. cit.*) referia que “Do ponto de vista do Estado português há compreensão do que está em causa. Há vontade em ajudar a definir as regras de forma que aquelas possam ser benéficas para a nossa indústria”.

Resiliência. Nesta categoria emergiu a propriedade P5 (29%) que se traduz nas **capacidades e competências de órgãos do MDN**, nomeadamente o Instituto de Defesa Nacional (IDN) como destacava I.F. Nunes (*op. cit.*) em “As Universidades, *think tank*, instituições como o IDN, têm o dever cívico de prestar produtos formativos que reforcem aquelas dimensões da resiliência proporcionando ferramentas cognitivas e intelectuais para compreender o que é desinformação ou a propaganda hostil”.

4.5. Linhas de orientação estratégica

No sentido de responder à QC partiu-se do cenário formulado e nos FE e FI emergidos, criando-se 12 LOE (de acordo com uma análise de *Threats, Opportunities, Weaknesses, Strengths* [TOWS]) conforme os parágrafos seguintes (*vide* síntese na Figura 6).

LOE1 – PROMOVER e reforçar a SM, nomeadamente através das Presenças Marítimas Coordenadas. Neste ponto a diplomacia, bem como a credibilidade das FFAA decorrente das mais diversas participações em missões e operações são uma mais-valia. N. Pizarro (*op. cit.*) lembrava que “não sendo uma missão permanente da PCSD, poderá evoluir para tal parecendo uma forma eficaz de potenciar e maximizar a ação individual de EM que têm meios navais na região (*e.g.* Golfo da Guiné)”. A.P. Brandão (*op. cit.*) recordou que “As presenças marítimas coordenadas são quase uma forma de *burden-sharing*”. Visto por outro prisma, B. Reis (*op. cit.*) afirmou que “Portugal [...] quer fazer passar a mensagem de que não é só a **parceria** com a OTAN, mas também com os EUA, que são importantes”. Estrategicamente a “Segurança Marítima – interessa a Portugal.

⁷ Doravante designada apenas de idD.

		FI	
		Potencialidades	Vulnerabilidades
		P1 Caraterísticas de Portugal. P2 Credibilidade e Experiência. P3 Diplomacia da Defesa portuguesa. P4 Empenho político no envolvimento da idD. P5 Capacidades e competências de órgãos do MDN.	V1 Recursos materiais limitados. V2 Comunicação estratégica nacional deficiente. V3 Investimento.
FE	Oportunidades	CRESCIMENTO LOE1 – PROMOVER e reforçar a SM (O2 x P1P2P3) LOE2 – INCREMENTAR o envolvimento idD e AICEP (O1O3O4O5 X P3P4P5) LOE3 – POTENCIAR as parcerias da UE com África e América do Sul (O5 x P1P2P3)	FOCALIZAÇÃO LOE4 – OPTIMIZAR a participação em projetos europeus (O3O4O5 x V1V3) LOE5 – REFORÇAR a cooperação civil/militar (O1O2O5 x V1) LOE3 – MELHORAR comunicação estratégica (O1 x V2)
	Ameaças	DINAMIZAÇÃO LOE7 – EXPLORAR a experiência operacional e a credibilidade nacional. (A4 x P1P2P3) LOE8 – ENVOLVER a idD na identificação de capacidades. (A1A2 X P4) LOE9 – ENVOLVER os diferentes órgãos estatais na diminuição do risco. (A3A4A5 x P2P5)	MELHORIA LOE10 – POTENCIAR parcerias com Universidades, empresas e FFAA. (A1A2 x V1V2V3) LOE11 – EXPLORAR abordagens que compensem a falta de operacionalização de medidas (A3A4A5 x V1V3) LOE12 – EXPLORAR capacidades de duplo-uso (A3 x V1V3)

Figura 6 – Linhas de Orientação Estratégica

LOE2 – INCREMENTAR o envolvimento idD e Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP). Como preconizado por I.F. Nunes, tendo a AICEP como parceiro, esta “pode identificar oportunidades de negócio associando-as às oportunidades em matéria de projetos colaborativos”. M.P. Alves (*op. cit.*) referia que, por exemplo, se tem “[...] de envolver o privado nestas áreas de duplo-uso (*e.g. ciber*)”.

I.F. Nunes (*op. cit.*) lembrava que “A idD [...] está a fazer o que outros EM já fizeram há

muito tempo: por exemplo, através da inventariação de centros de investigação e procura [...] de quem faz o quê e como pode ser competitivo no Plano de Defesa”.

E11 (*op. cit.*) verbalizou que “Sem pôr em causa a necessidade de ter massa crítica suficiente para sermos competitivos, mas que seja possível trabalhar através de consórcio e subcontratações que permitam que todos nós façamos parte do bolo”.

LOE3 - POTENCIAR as parcerias da UE com África e América do Sul em matéria de Paz e Segurança. A.P. Brandão (*op. cit.*) mencionou a necessidade de Portugal ter um papel de “*policy chaper*, orientado para a componente africana e de forma alinhada (França também está nessa linha)”. Para N. Pizarro (*op. cit.*) era “Importante que a [...] verba seja, no mínimo, mantida e preferencialmente mais reforçada”, mas “Para isso precisamos de diálogo mais regular e mais estruturado com a União Africana [UA] e organizações regionais implicadas”. Ideia corroborada por B. Reis (*op. cit.*) que defendia um “diálogo estratégico político de alto nível com várias organizações regionais, sub-regionais, não só com a UA, mas com a Comissão da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e outras. Ideia de que para eficácia das missões PCSD em África haja diálogo político regular com parceiros africanos”.

Mas a América do Sul também deverá estar no radar nacional até porque “Portugal tem o Brasil como parceiro estratégico” (M.P. Alves, *op. cit.*) e estes já foram envolvidos, com sucesso, em missões UE (R. Ferreira, *op. cit.*).

LOE4 – OPTIMIZAR a participação em projetos europeus (e/ou reavaliar os existentes) que pela via do investimento conjunto e, se possível, da aquisição conjunta, colmatem o investimento nacional limitado e que permitam às empresas nacionais participar contribuindo para o desenvolvimento económico. De facto, L. Pires (*op. cit.*) acrescentava que “O que muda [com a BE] é a perspetiva de edificar capacidades de forma mais conjunta. Poderá haver uma grande diferença na PESCO, em termos de cooperação das empresas tecnológicas europeias”.

N. Pizarro (*op. cit.*) referiu-se ao CARD dizendo que este tipo de instrumentos “estão a levar a uma europeização da Política de Defesa, [...] o que leva a que o nosso planeamento nacional tenha de integrar os compromissos da PESCO, os objetivos, [começando] a haver entrosamento entre os dois níveis de planeamento nacional e europeu”.

LOE5 – REFORÇAR a cooperação civil/militar em áreas como a resiliência, bem como reforçar a aposta em capacidades de duplo-uso para colmatar recursos materiais limitados. Em 4.1 escrevia-se sobre a relevância desta questão para a UE e potenciada com a BE. I.F. Nunes (*op. cit.*) direcionava a questão para as capacidades e como “[...] articulando-as com os projetos PESCO, [pode-se] fazer uso de dimensões de duplo-uso aplicadas no plano civil e militar”, tal como L. Rocha (*op. cit.*) “Há projetos PESCO que têm visibilidade na sociedade civil. Setor industrial a trabalhar para a sociedade”.

Vários sugerem que se estudem as lições aprendidas com a pandemia (*e.g.* A.P. Brandão, L. Pires). Para I. Nunes (*op. cit.*) as FFAA, em conjunto com as empresas, podem-se desenvolver “iniciativas cooperativas que são muito benéficas para a sociedade e para Portugal e que podem colmatar dificuldades que subsistem no plano civil (*e.g.* distribuição rápida de vacinas)”.

LOE6 – MELHORAR capacidades de comunicação estratégica que permitam o esclarecimento de cidadãos nomeadamente para evitar a desinformação e aumentar a resiliência. G.M. Gomes (*op. cit.*) era vocativa nesse sentido dizendo que é “Importante passar informação útil aos cidadãos”. Para A.P. Brandão (*op. cit.*) “falta formação”. I. Nunes (*op. cit.*) destacava que é relevante, para compreender e reagir a situações de risco ou de ameaça, a forma “como atores públicos e privados comunicam conteúdos”. Para A.P. Brandão (*op. cit.*) “Estes desafios e oportunidades têm de ser comunicados de uma forma simplificada e mobilizadora por forma a gerar o interesse e empenho da opinião pública”.

L. Rocha (*op. cit.*) acrescentava que tem “de haver esforço ao nível da comunicação para sensibilizar os cidadãos que o investimento que Portugal faz em SD [...] corresponde à necessidade global do país conjugada com a ambição e integração plena no sistema internacional”.

E11 (*op. cit.*) relatava que é necessário “[...] pensar fora da caixa: através, por exemplo, de *influencers* porque esses chegam a essa franja [jovem]”.

LOE7 – EXPLORAR a experiência operacional e a credibilidade nacional existente nas várias organizações (ou experiências nacionais, como a guerra colonial) para a identificação de mecanismos e infraestruturas de resposta a crises (planeamento, revisão estratégica das missões e operações militares da PCSD). No decorrer da PPUE insistiu-se “em melhorar a capacidade de planeamento e de comando operacional (investir em militar *staff* nos mais diversos órgãos)” (B. Reis, *op. cit.*).

No caso das ameaças híbridas haverá já “uma concertação e um conjunto de instrumentos [na UE] que obriga à cooperação multiagências, multifunções e multidomínios” (e.g. comunicações estratégicas, espaço cibernético) (R. Ferreira, *op. cit.*).

I.F. Nunes (*op. cit.*) defendia que “[...] temos de potenciar aquilo em que somos verdadeiramente bons [...] temos uma experiência acumulada, por exemplo, no domínio da mitigação de ameaças híbridas [...]”.

LOE8 – ENVOLVER a IdD na identificação de capacidades que podem levar ao desenvolvimento da BTID. Para I. Nunes (*op. cit.*) “Caberá ao MD sensibilizar e motivar os Ramos a participar [no processo de definição de capacidades] e dar-lhes nota das oportunidades colaborativas que existem no domínio europeu. J. Aranda (*op. cit.*) reforçava a importância do “envolvimento, desde início, das Indústrias de Defesa através da IdD, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ministério da Economia e Ministério da Defesa [nos compromissos da PESCO]”. A IdD pode também identificar esse universo cooperativo (empresas) que podem colaborar com as nossas FFAA no sentido de desenvolver determinados produtos de Defesa”. Para R. Correia (*op. cit.*), “O ponto de partida óbvio é o de garantir que os mecanismos existentes estão alinhados para a próxima vaga de projetos”.

Outro aspeto relevante é que a IdD tem o “mapeamento das empresas” e isso “é uma mais-valia para o setor tecnológico e industrial” (I. Nunes, *op. cit.*). M. Alves (*op. cit.*) referiu que se estão a criar ótimas oportunidades (projetos PESCO) na área marítima que são de aproveitar”. Mas que “necessariamente a IdD tem de trabalhar nesse sentido”. R. Correia “(*op. cit.*)” sugeriu que se olhe para os projetos PESCO “já em curso, ao invés de gerar novos, levando novos contributos e potenciando o resultado final”.

LOE9 – ENVOLVER os diferentes órgãos estatais na diminuição do risco associado às diferentes ameaças. Parte das infraestruturas críticas estão no privado que “[...] em grande medida [...] dependem da ajuda do Estado para ter essa capacidade de se prevenir/adaptar. [...] em termos financeiros, mas também de acesso a informação” (G.M. Gomes, *op. cit.*). Uma das possibilidades, segundo B. Reis (*op. cit.*), e referindo-se à ciberdefesa, poderia ser “criar uma unidade europeia [...] que pudesse ajudar a coordenar, suplementar e reforçar a capacidade nacional”.

A. Brandão (*op. cit.*) alertava que “Falta formação”, corroborado por I.F. Nunes (*op. cit.*) que acrescentava que “As Universidades, *think tank*, instituições como o IDN, têm o dever cívico de prestar produtos formativos que reforcem aquelas dimensões da resiliência proporcionando ferramentas cognitivas e intelectuais para compreender o que é desinformação ou a propaganda hostil”.

L. Pires (*op. cit.*) sugeria que “[...] é não só planeamento civil de emergências, mas toda uma Base de Dados que tem de estar consolidada para conhecer vulnerabilidades: de onde vem a água, eletricidade, energia, infraestruturas críticas, autonomia de alimentos e medicamentos”.

LOE10 – POTENCIAR parcerias com Universidades (investigação), **empresas** (desenvolvimento e produção) **e FFAA** (identificação de necessidades) reforçado por I.F. Nunes (*op. cit.*) “Esse trabalho cooperativo entre idD e AICEP com as Universidades, os laboratórios, e as empresas é fundamental para o desenvolvimento tecnológico nacional”. L. Rocha (*op. cit.*) observava que “tem de se ver de forma global [PESCO] – tecnologia, investigação, defesa, ciência, desenvolvimento para não ficar apenas na dimensão militar”.

LOE11 – EXPLORAR abordagens que aumentem a resiliência (e.g. resposta a emergências complexas e a crises induzidas pelo impacto das alterações climáticas) e como isso poder fazer uma gestão mais eficiente de recursos limitados. Para R. Ferreira (*op. cit.*) “Esta realidade [setor privado] coexiste em muitos países europeus. [...] Mas também é do interesse [do privado] poder contar com o apoio do Estado e, através deste, garantir o acesso às instâncias europeias e a medidas de proteção e de regulação, por exemplo, na área das comunicações ou da energia”.

Portugal “propôs criar um grupo de aconselhamento industrial (semelhante ao da OTAN) com esta condição explícita de que houvesse inclusividade ao nível regional e ao nível do perfil de empresas e que pudesse ajudar a desenhar uma política europeia a este nível” (B. Reis, *op. cit.*). R. Ferreira (*op. cit.*) recomendava “[...] por exemplo, ter mecanismos de reconhecimento de ameaças, ter uma *awareness picture*, ter um sistema de conhecimento situacional”.

LOE12 – EXPLORAR as capacidades existentes de duplo-uso (preferencialmente, interoperáveis) para fazer face às ameaças identificadas. Em face das vulnerabilidades elencadas, é importante destacar, como B. Reis (*op. cit.*), que “Também ao nível das capacidades deve passar esta ideia de que o duplo-uso não tem utilidade apenas para funções tradicionalmente mais militares”. De facto, “Precisamos de capacidade e capacidades também no civil associado ao duplo-uso” (A.L.F. Ramos, *op. cit.*). G.M. Gomes (*op. cit.*) sugeria que “A justificação de maior investimento pela via do duplo-uso é uma estratégia

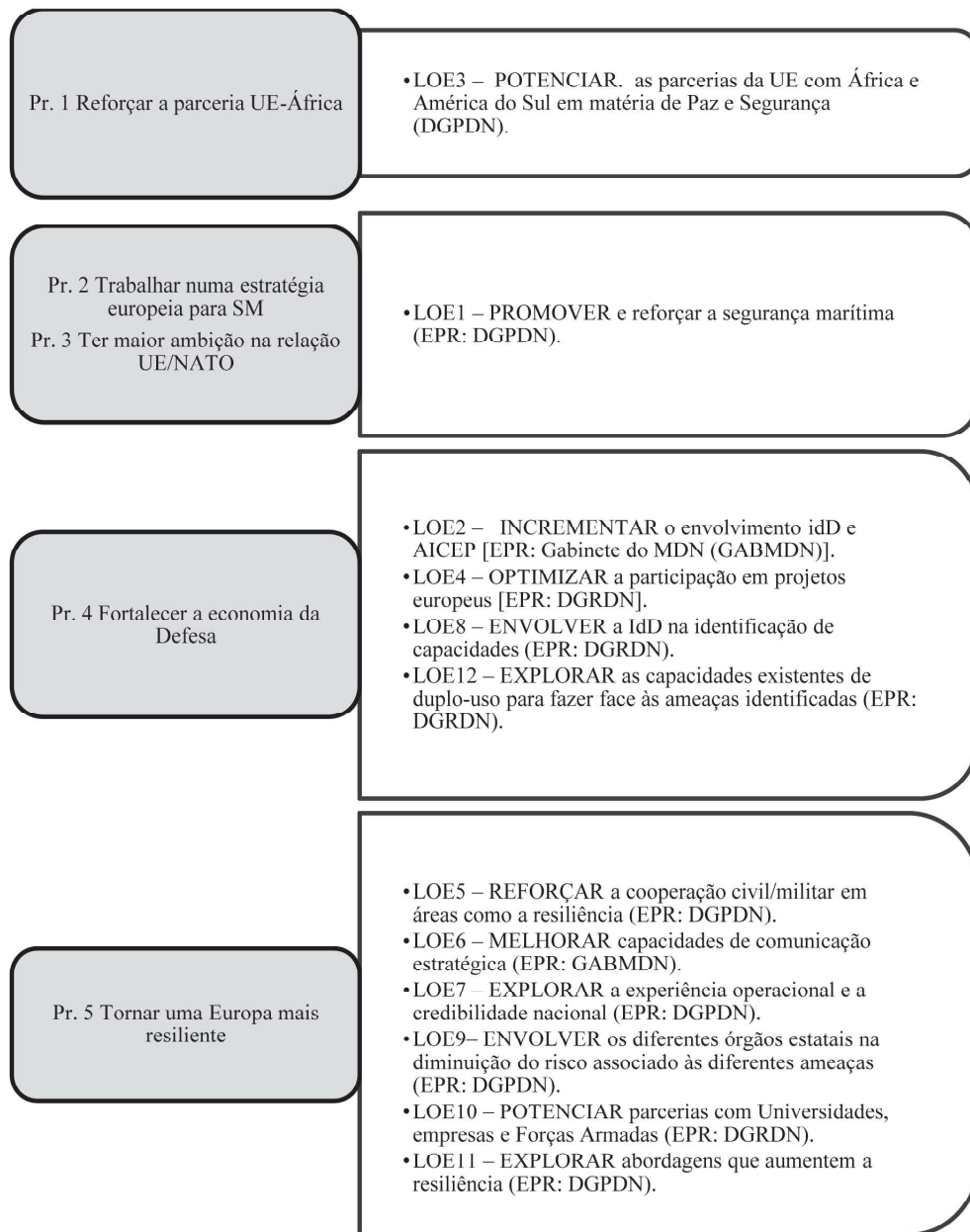


Figura 7 – LOE vs Prioridades PCSD

4.6. Síntese conclusiva e resposta à QC

Assente no cenário criado, emergiram os FE e FI, donde se criaram 12 LOE (*vide* síntese na Figura 7) que de acordo com dois especialistas estão em conformidade com o OG e têm grau de concordância de 100%. Estas LOE associaram-se às cinco prioridades para a PCSD,

definidas por Portugal no decorrer da PPUE (vide 3.2.3), bem como foram propostas EPR para as executar. O objetivo principal foi enquadrar as LOE resultantes da implementação da BE no âmbito da PCSD, respondendo-se à QC e cumprindo-se o OG. Conclusões

This is our opportunity to make change happen by design – not by disaster or by diktat from others in the world. To emerge stronger by creating opportunities for the world of tomorrow and not just building contingencies for the world of yesterday. (Leyen, 2020)

Em 2016, a EG destacou cinco prioridades estratégicas para a PCSD e o IPSD determinou, no mesmo ano, o correspondente Nível de Ambição que permitiria alcançar os principais objetivos na implementação daquela estratégia em termos de SD: resposta a conflitos e crises externas; reforço das capacidades dos parceiros; e proteção da UE e dos seus cidadãos. No entanto, há a noção, na UE, de que é necessário reavaliar a PCSD, de forma a tornar as missões e as operações civis e militares mais robustas e com mandatos mais flexíveis.

A robustez das missões e operações prendem-se, em parte, com a necessidade de serem apoiadas por recursos credíveis, nomeadamente capacidades capazes e flexíveis de responder às mais diferentes ameaças. Neste ponto, os mecanismos já existentes (e.g. PESCO, CARD, EDF e PESCO) são um importante contributo ao desenvolvimento, assente, preferencialmente numa BTID europeia que permita o desenvolvimento económico dos EM. Naturalmente a UE continua empenhada em reforçar e expandir a cooperação entre a UE e a OTAN (21 dos EM são também membros da Aliança), pelo que a questão relativa à Autonomia Estratégica que tem criado alguma discordância entre pares, é por vezes associada, à autonomia tecnológica. Ainda no domínio das capacidades, a interoperabilidade entre as FFAA é também um desígnio dos EM que poderá levar a uma maior eficiência e eficácia quando se opera em conjunto.

A flexibilidade dos mandatos está relacionada com o processo de decisão, pelo que era imperativo um novo olhar sobre a PCSD. Atualmente o processo de decisão exige unanimidade dos 27 EM, dificultando e atrasando a decisão de destacar forças para o terreno.

A BE é um projeto que se desenvolve em quatro Presidências do Conselho Europeu (Alemanha, Portugal, Eslovénia e França). Em junho de 2020, o projeto foi formalmente proposto pela Alemanha em reunião de Ministros da Defesa da UE.

O período de investigação decorreu entre a PAUE, onde as ameaças foram definidas pelos serviços de informação dos EM e pelo SEAE (documento classificado), e o primeiro trimestre da PPUE, responsável pela fase “diálogo estratégico”.

O “diálogo estratégico” está organizado em quatro grandes pilares: gestão de crises, resiliência, capacidades e parcerias.

Em julho de 2021 assumiu a Eslovénia as discussões e a redação dos rascunhos do projeto. Somente em março de 2022 (expetavelmente), no decorrer da Presidência francesa, haverá um documento formalmente aceite pelos 27 EM.

O atual contexto internacional, a percepção da existência de uma EG (de 2016) pouco operacional, uma carência de Cultura Estratégica Comum e uma coesão frágil na UE, levou a que se criasse alguma expectativa relativamente à concretização da BE e o significado que terá, em geral para os EM e, em particular, para Portugal. Foi desta forma que se definiu como OG “propor LOE que maximizem, para Portugal, as potencialidades da BE no contexto da PCSD”. Para efeitos de investigação, o objeto do estudo – BE – enquadra-se entre 2016 (publicação da EG) e o primeiro

semestre de 2022 (quando se espera a publicação da BE), concentra-se no território nacional, nas implicações para a Defesa Nacional e para a PCSD decorrentes da implementação da BE.

No sentido de cumprir o OG, estabeleceram-se três OE e definiu-se uma QC.

O primeiro OE referia-se à criação de um cenário provável de implementação da BE no âmbito da PCSD. A codificação de 26 documentos permitiu chegar a seis categorias emergentes que se relacionam entre si formando o cenário provável.

Os OE2 e OE3 ambicionavam analisar para Portugal a envolvente externa e interna, respetivamente, decorrente do desenvolvimento da BE na UE.

O estudo do OE2 conduziu à emergência de seis categorias - opinião pública, política UE, capacidades, parcerias, gestão de crises e resiliência - onde se associaram cinco oportunidades e cinco ameaças (Figura 8).

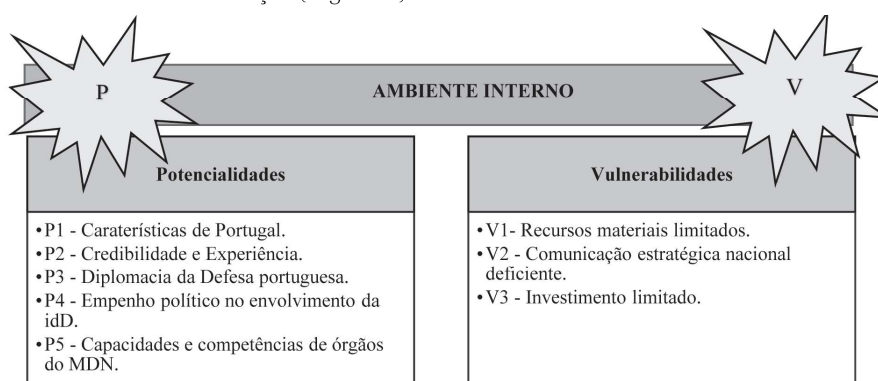


Figura 8 – Ambiente Externo

No que diz respeito à envolvente interna (OE3), trabalhou-se na identificação de cinco categorias - capacidades, política nacional, imagem, resiliência e parcerias - onde se associaram cinco potencialidades e três vulnerabilidades (Figura 9).

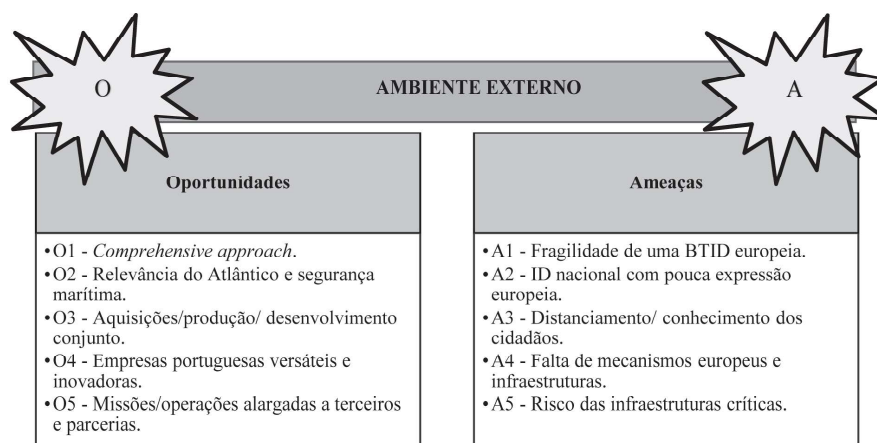


Figura 9 – Ambiente Interno

O cruzamento dos fatores externos e internos permitiram a criação de 12 LOE, corroboradas pelas entrevistas realizadas e que têm validade interna e fiabilidade com base em dois especialistas, atingindo-se desta forma o OG. As LOE foram atribuídas a EPR e agregadas às prioridades, definidas por Portugal no decorrer da PPUE, para a PCSD:

Pr. 1 – Reforçar a parceria UE-África

- LOE3 - POTENCIAR as parcerias da UE com África e América do Sul em matéria de Paz e Segurança (EPR: DGPDN).

Pr. 2 – Trabalhar numa estratégia europeia para SM e Pr. 3 - Ter maior ambição na relação UE/OTAN

- LOE1 - PROMOVER e reforçar a SM, nomeadamente através das Presenças Marítimas Coordenadas (EPR: DGPDN).

Pr. 4 – Fortalecer a economia da Defesa

- LOE2 - INCREMENTAR o envolvimento da idD e AICEP (EPR: GABMDN).
- LOE4 - OPTIMIZAR a participação em projetos europeus (e/ou reavaliar os existentes) que pela via do investimento conjunto e, se possível, da aquisição conjunta (EPR: DGRDN).
- LOE8 - ENVOLVER a idD na identificação de capacidades que podem levar ao desenvolvimento da BTID (EPR: DGRDN).
- LOE12 - EXPLORAR as capacidades existentes de duplo-uso (EPR: DGRDN).

Pr. 5 – Tornar uma Europa mais resiliente

- LOE5 - REFORÇAR a cooperação civil/militar em áreas como a resiliência (EPR: DGPDN).
- LOE6 - MELHORAR capacidades de comunicação estratégica (EPR: GABMDN).
- LOE7 - EXPLORAR a experiência operacional e a credibilidade nacional (EPR: DGPDN).
- LOE9 - ENVOLVER os diferentes órgãos estatais na diminuição do risco associado às diferentes ameaças (EPR: DGPDN).
- LOE10 - POTENCIAR parcerias com Universidades (investigação), empresas (desenvolvimento e produção) e FFAA (identificação de necessidades) (EPR: DGRDN).
- LOE11 - EXPLORAR abordagens que aumentem a resiliência às ameaças identificadas (EPR: DGPDN).

A elaboração deste trabalho resultou numa análise exaustiva e inédita dos documentos publicados sobre BE, genericamente, entre 2019 e 2021. De referir que não foi identificado qualquer documento de autor nacional publicado em revista científica; apenas o Tenente-General António L. Fontes Ramos escreveu na “*eurodefense* Portugal” e o Comandante Dias Correia escreveu na Revista da Armada, ambos sobre a BE.

Acresce que, decorrente da resposta à QC, criaram-se 12 LOE que poderão maximizar, para Portugal, as potencialidades da BE no contexto da PCSD. Tratando-se de um estudo prospetivo poderá revelar-se útil a antecipação das potencialidades.

A principal **limitação** da investigação residiu no facto de, como referido anteriormente, o presente trabalho decorrer enquanto a BE estava na fase de definição conceptual. Por esse motivo, por um lado, não havia certezas em que é que resultaria a sua implementação, por outro, os peritos do assunto eram em número reduzido, pertenciam aos mesmos ciclos e/

ou encontravam-se envolvidos na PPUE. A metodologia qualitativa, associada a uma análise qualitativa, também não permite generalizações, pelo que a investigação realizada só se aplica ao contexto estudado, tendo por base o cenário provável concebido.

Tendo por base o exposto, sugere-se que no **futuro** (2023-2024), após a finalização do processo (março de 2022) e com algum período de implementação, se desenvolva uma análise quantitativa que teste os resultados obtidos perspetivamente neste trabalho.

Referências bibliográficas

- Advisory Council on International Affairs. (2020). European Security: Time for New Steps [Página online]. Retirado de https://www.advisorycouncilinternationalaffairs.nl/documents/publications/2020/06/19/european_security
- Auswärtiges Amt. (2020). *Juntos. Relançar a Europa. Programa da Presidência alemã do Conselho da EU* [versão pdf]. Retirado de <https://www.eu2020.de/blob/2363466/b2899aa4c84983c2fab9a2b34b5a56d8/07-03-pdf-programm-pt-data.pdf>
- Bardin, L. (2013). *Análise de Conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bel, O.-R. (2021, 7 de janeiro). What European strategic autonomy requires: smarter talk, more action [Página online]. Retirado de <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/what-european-strategic-autonomy-requires-smarter-talk-more-action/>
- Biscop, S. (2020). EU Integration and Differentiation for Effectiveness and Accountability [Página online]. Retirado de <https://euidea.eu/>
- Borrell, J. (2020a, 3 de dezembro). Why European strategic autonomy matters [Página online]. Retirado de <https://www.diploweb.com/Why-European-strategic-autonomy-matters.html>
- Borrell, J. (2020b, 14 de dezembro). What European foreign policy in times of COVID-19? [Página online]. Retirado de <https://geopolitique.eu/en/2020/12/14/borrell-doctrine/>
- Bundesministerium der Verteidigung. (2020a). *12. Bericht des Bundesministeriums der Verteidigung zu Rüstungsangelegenheiten*. Retirado de <https://www.bmvg.de/resource/blob/4911264/2acb4e0f6f39bf7652c0b4a1a517a0cc/R%C3%BCstungsbericht%20Herbst%202020%20Teil%201.pdf>
- Bundesministerium der Verteidigung. (2020b). Strategischer Kompass: Entwicklung strategischer Grundlagen [Página online]. Retirado de <https://www.bmvg.de/de/aktuelles/strategischer-kompass-entwicklung-strategischer-grundlagen-278176>
- Bundesregierung. (2020). Treffen der Verteidigungsminister EU widerstandsfähiger und handlungsfähiger machen [Página online]. Retirado de <https://www.bundesregierung.de/breg-de/themen/sicherheit-und-verteidigung/eu-verteidigungspolitik-1779230>
- Coelmont, J. (março de 2019). European Strategic Autonomy: Which Military Level of Ambition? *Security Policy Brief* (109). Retirado de <https://www.egmontinstitute.be/content/uploads/2019/03/SPB109.pdf?type=pdf>
- Council of the European Union. (2016). *Council Conclusions on Implementing the EU Global Strategy in the Area of Security and Defence*. Retirado de <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-14149-2016-INIT/en/pdf>
- Council of the European Union. (2019). *A new strategic agenda 2019 – 2024*. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/media/39914/a-new-strategic-agenda-2019-2024.pdf>

- Council of the European Union. (2020). *Council Conclusions on Security and Defence*. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/media/44521/st08910-en20.pdf>
- Cravinho, J. G. (2021, 19 de fevereiro). Finding Direction with a Strategic Compass? *Reflections on the Future of EU Security and Defence* (video conferência). Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=XlifOzU9Ni0>
- Csernaton, R. (2020, 11 de junho). EU Security and Defense challenges: Toward a European Defense Winter? *Carnegie Europe*. Retirado de <https://carnegieeurope.eu/2020/06/11/eu-security-and-defense-challenges-toward-european-defense-winter-pub-82032>
- Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro. (2015). Aprova a orgânica do ensino superior militar, consagrando as suas especificidades no contexto do ensino superior, e aprova o Estatuto do Instituto Universitário Militar. *Diário da República n.º 211/2015, Série I*, 9298-9311. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Engberg, K. (2021, janeiro). A European Defence Union by 2025? Work in progress. *Sieps*. Retirado de https://www.sieps.se/globalassets/publikationer/temasidor/european_defence_union_policy_overview.pdf
- European External Action Service. (2020). *Strategic Compass – Methodology and Way Forward*. Bruxelas.
- European Parliament. (2006). *The European Security and Defence Policy: from the Helsinki Headline Goal to the EU Battlegroups* [versão pdf]. Retirado de https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/sede/dv/sede030909notesdp_/sede030909notesdp_en.pdf
- External Relations Council. (2004, maio). *Headline Goal 2010* [versão pdf]. Retirado de https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004_2009/documents/dv/sede110705headlinegoal2010_/sede110705headlinegoal2010_en.pdf
- Fachada, C. P. (2015). *O Piloto Aviador Militar. Traços Disposicionais, Características Adaptativas e Histórias de Vida* (Tese de Doutoramento em Psicologia). Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa [FPUL], Lisboa.
- Federal Foreign Office. (2020). *Together for Europe's recovery - Programme for Germany's Presidency of the Council of the European Union* [versão pdf]. Retirado de <https://www.eu2020.de/blob/2362036/e0312c50f910931819ab67f630d15b2f/07-02-pdf-programm-en-data.pdf>
- Fiott, D. (2020, julho). Uncharted Territory? Towards a common threat analysis and a Strategic Compass for EU security and defence. *Institut for Security Studies*, 16.
- Fiott, D. (2021, 9 de março). *The EU's Strategic Compass for Security and Defence: What Type of Ambition is the Needle Pointing to?* [versão pdf]. Retirado de https://brussels-school.be/sites/default/files/CSDS_Policy_brief_2102.pdf
- Flick, U. (2009). *An introduction to Qualitative Research* (4th ed.). London: SAGE Publications Inc.
- Friedrich Ebert Stiftung. (2012, abril). *A Compass for the CSDP*. (FES, Ed.) Bona. Retirado de <http://library.fes.de/pdf-files/id/ipa/08998.pdf>
- General Affairs and External Relations Council. (2004, 05 17). *Headline Goal 2010* [versão pdf]. Retirado de https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004_2009/documents/dv/sede110705headlinegoal2010_/sede110705headlinegoal2010_en.pdf
- German Foreign Policy. (2020, 22 de julho). The EU's Strategic Compass. *German Foreign Policy.com*. Retirado de <https://www.german-foreign-policy.com/en/news/detail/8344/>

- Given, L. M. (2008). *The Sage Encyclopedia of qualitative research methods*. Los Angeles: Sage Publications.
- Globsec. (2021, 15 de janeiro). European Security Architecture: Shaping Back Better: Recap. *Defence & Security*. Retirado de <https://www.globsec.org/news/european-security-architecture-shaping-back-better-recap/>
- Grevi, G., & Ivan, P. (2020, outubro). Fostering Europe's Strategic Autonomy - Security and Defence Policy: Time to deliver. *European Policy Centre*. European Policy Centre. Retirado de <https://www.epc.eu/en/publications/Security-and-defence-policy-Time-to-deliver~384a28>
- Helms, M., & Nixon, J. (2010). Exploring SWOT analysis – where are we now? : A review of academic research from the last decade. *Journal of Strategy and Management*, 3, 15-251.
- Helwig, N. (2020). *European Strategic Autonomy. A reality check for Europe's Global Agenda* [versão pdf]. Retirado de https://www.fiia.fi/wp-content/uploads/2020/10/wp119_strategic_autonomy-2.pdf
- Hsieh, H. F., & Shannon, S. E. (2005). Three approaches to qualitative content analysis. *Qualitative health research*, 15(9), 1277-1288.
- Ilinca, D. (2020). The New Profile of European cooperation in the field of Defence. *Romanian Military Thinking* (1), pp. 192-209. Retirado de <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=tsh&AN=141836958&lang=pt-pt&site=ehost-live>
- ISS. (2021, 19 de fevereiro). *Finding direction with a Strategic Compass? Reflections on the future of EU security and defence* [versão pdf]. Retirado de <https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/Event%20Report%20-%20Strategic%20Compass.pdf>
- Koenig, N. (2020, 10 de julho). *The EU's strategic compass for security and defence: Just another paper?* Retirado de <https://www.delorscentre.eu/en/publications/detail/publication/the-eus-strategic-compass-for-security-and-defence-just-another-paper>
- Koenig, N., & Stahl, A. (2020, 24 de abril). *How the coronavirus pandemic affects the EU's geopolitical agenda*. Berlim: Hertie school. Retirado de https://www.hertie-school.org/fileadmin/20200424_EU_Solidarity_Koenig_Stahl.pdf
- Kramp-Karrenbauer, A. (2020a, 17 de novembro). Zweite Grundsatzrede der Verteidigungsministerin [Página online]. Retirado de <https://www.bmvg.de/de/aktuelles/zweite-grundsatzrede-verteidigungsministerin-akk-4482110>
- Kramp-Karrenbauer, A. (2020b, 20 de novembro). EU-Verteidigungsminister erreichen mehrere Meilensteine [Página online]. Retirado de <https://www.bmvg.de/de/presse/eu-verteidigungsminister-erreichen-mehrere-meilensteine-4526066>
- Lange, v. S. (2020). Donald Trump irritiert mit Truppenabzug aus Deutschland [Página online]. Retirado de <https://www.augsburger-allgemeine.de/politik/Donald-Trump-irritiert-mit-Truppenabzug-aus-Deutschland-id57514201.html>
- Larocco, S. A. (2008). A Grounded Theory Study of Socializing Men into Nursing. *The Journal of Men's Studies*, 15(2), pp. 120–129.
- Leyen, U. v. (2020, 16 de setembro). Building the world we want to live in: A Union of vitality in a world of fragility [Página online]. Retirado de https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/ov/SPEECH_20_1655
- Lodge, J. (2020, 17 de dezembro). The German Presidency of the Council of the EU and the Future of Transatlantic Security. *American Institute for Contemporary German Studies*. Retirado de <https://www.aicgs.org/2020/12/the-german-eu-council-presidency-and-the-future-of-transatlantic-security/>

- Maas, H. (2020, 14 de fevereiro). Speech by Foreign Minister Heiko Maas at the 56th Munich. *Conferência de Segurança de Munique*. Munique. Retirado de <https://www.auswaertiges-amt.de/en/newsroom/news/foreign-minister-maas-munich-security-conference-2019/2190442>
- Major, C., & Mölling, C. (2020). Europe, Germany and defense: priorities and challenges of the German EU presidency and the way ahead for European Defense. *Fondation pour la recherche stratégique*, 63/20. Retirado de <https://www.frstrategie.org/en/publications/notes/europe-germany-and-defense-priorities-and-challenges-german-eu-presidency-and-way-ahead-european-defense-2020>
- Mix, D. E. (2003, 15 de agosto). *The European Union: Foreign and Security Policy* [versão pdf]. Retirado de http://bev.berkeley.edu/OLLI_2009/EU%20foreign%20Policy%20CRS.pdf
- Mölling, C., & Schütz, T. (2020, novembro). The EU's Strategic Compass and Its Four Baskets. (DGAP, Ed.) *German Council on Foreign Relations*, 13. Retirado de <https://www.egmontinstitute.be/content/uploads/2020/11/DGAP-Report-2020-13-EN.pdf?type=pdf>
- Nováky, N. (2020, dezembro). The Strategic Compass. Charting a New Course for the EU's Security and Defence Policy. *Wilfried Martens Centre for European Studies*. Retirado de https://www.martenscentre.eu/wp-content/uploads/2020/12/CES_POLICY-BRIEF_TheStrategicCompass-V1.pdf
- Parly, F., Kramp-Karrenbauer, A., Fernández, M. R., & Guerini, L. (2020). At the heart of our European Union [Página online]. Retirado de <https://www.gouvernement.fr/en/at-the-heart-of-our-european-union>
- Pérez, R. G. (2017). Estratégia Global da União Europeia. Pragmatismo e possibilismo. *Relações Internacionais*, 53, 71-81. Retirado de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n53/n53a06.pdf>
- Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. (2020). *Programa da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia*. Retirado de https://www.2021portugal.eu/media/osfbwecl/presid%C3%A2ncia-portuguesa-do-conselho-da-uni%C3%A3o-europeia_pt.pdf
- Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. (2021, 23 de abril). Workshop of EU Ministers of Defence on the Strategic Compass [Página online]. Retirado de <https://www.2021portugal.eu/en/events/workshop-of-eu-ministers-of-defence-on-the-strategic-compass/>
- Quencez, M., & Besch, S. (2020). The Challenges Ahead for EU Defense Cooperation [Página online]. (G. M. States, Ed.) Retirado de <http://www.jstor.com/stable/resrep21219>
- Ramos, A. L. (2020, 11 de novembro). Strategic Compass: Unir a Europa num Ocidente mais coeso. *EuroDefense-Portugal*. Retirado de <https://eurodefense.pt/strategic-compass/>
- Rego, A., Cunha, M. P. E., & Meyer Jr, V (2018). Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, 17(2), 43-57. Retirado de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpbg/v17n2/v17n2a04.pdf>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º19. (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa: XXI Governo Constitucional.
- Rödel, C. (2020, 20 de novembro). EU-Verteidigungsminister: Strategischer Kompass im Fokus. Berlin [Página online]. Retirado de <https://www.bmvg.de/de/aktuelles/eu-verteidigungsminister-strategischer-kompass-im-fokus-4521242>

- Sabatino, E., Fiott, D., Zandee, D., Mölling, C., Major, C., Maulny, J.-P., Moro, D. (2020, dezembro 22). The Quest for European Strategic Autonomy – A Collective Reflection. *Istituto Affari Internazionali*. Retirado de <https://www.iai.it/en/publicazioni/quest-european-strategic-autonomy-collective-reflection>
- Santos, L. A. B; Lima, J. M. M. (Coord.). (2019). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. (2ª ed, revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: IUM.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sarsby, A. (2016). *SWOT Analysis - A guide for business studies students*. Leadership Library.
- Scazzieri, L. (2020, 30 de setembro). The EU's Strategic Compass Steer European Defence? *Centre for European Reform*. Retirado de <https://www.cer.eu/publications/archive/bulletin-article/2020/can-eus-strategic-compass-steer-european-defence>
- Steinmeier, F.-W. (2020). Federal President Frank-Walter Steinmeier at the opening of the Munich Security Conference Munich, 14 February 2020 [Página online]. Retirado de https://www.bundespraesident.de/SharedDocs/Downloads/DE/Reden/2020/02/200214-MueSiKo-Englisch.pdf?__blob=publicationFile
- Stockholm International Peace Research Institute. (2020). *SIPRI Military Expenditure Database* [versão pdf]. Retirado de <https://www.sipri.org/sites/default/files/Data%20for%20all%20countries%20from%201988%E2%80%932019%20as%20a%20share%20of%20GDP.pdf>
- The Slovenia Times. (2021, 7 de abril). Presidency trio defence ministers discuss Strategic Compass [Página online]. Retirado de <https://sloveniatimes.com/presidency-trio-defence-ministers-discuss-strategic-compass/>
- Tratado da União Europeia. (2016, 7 de junho). (versão consolidada). Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2016:202:FULL&from=PT>
- Tribunal de Contas Europeu. (2019). Documento de análise n.º 09/2019: Defesa europeia. Luxemburgo [versão pdf]. Retirado de https://www.eca.europa.eu/lists/ecadocuments/rew19_09/rew_eu-defence_pt.pdf
- União Europeia. (2016). Visão partilhada, ação comum: uma Europa mais forte. Retirado de https://eeas.europa.eu/sites/default/files/eugs_review_web_0.pdf
- Wächter, D. (2020). Interview: Strategischer Kompass soll EU. (J. Fleischer, Interviewer) Retirado de <https://www.bmvg.de/de/aktuelles/interview-strategischer-kompass-soll-eu-den-weg-weisen-417986>
- Wheelen, T. L., & Hunger, J. D. (2012). *Strategic Management and Business Policy* (13.ª ed.). EUA: Pearson.
- Zandee, D., Deen, B., Kruijver, K., & Stoetman, A. (2020, dezembro). *European strategic autonomy in security and defence - Now the going gets tough, it's time to get going* [versão pdf]. Retirado de https://www.clingendael.org/sites/default/files/2020-12/Report_European_Strategic_Autonomy_December_2020.pdf

